

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2012

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária SPMAR S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessionária SPMAR S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

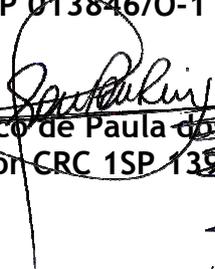
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao semestre findo em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de março de 2012 e 26 de agosto de 2011, respectivamente, apresentou ênfase, em 31 de dezembro de 2011, pois o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 262.187 mil, tal fato não mais aplicável para o semestre findo em 30 de junho de 2012.

Reapresentação de informações nas demonstrações financeiras

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 7, 8, 9, 10, 15 e 16, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da Companhia foram alteradas em relação àquelas apresentadas anteriormente, inclusive seus valores correspondentes. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2012, examinamos também as reapresentações descritas nas notas explicativas nºs 7, 8, 9, 10, 15 e 16, que foram efetuadas para alterar certos saldos patrimoniais e de exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos patrimoniais e de exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da Companhia e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre esses saldos patrimoniais tomados em conjunto.

Ribeirão Preto, 23 de Agosto de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



~~Francisco de Paula dos Reis Júnior~~
Contador CRC 1SP 139268/O-6



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC1SP-239472/O-2

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2012	31/12/2011 (Reapresentado)		Nota	30/06/2012	31/12/2011 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	538,113	3,142	Empréstimos e financiamentos	11	11,086	-
Contas a receber	6	4,494	7,791	Debêntures	12	360,014	336,528
Estoques		99	118	Fornecedores e outras contas a pagar	13	58,768	5,380
Despesas antecipadas		9,651	1,548	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		1,957	681
Impostos a recuperar		409	406	Obrigações fiscais	14	2,597	1,240
Adiantamento a fornecedores	8	1,549	6	Provisão para manutenção	16	642	390
Outras contas a receber		165	126	Total do passivo circulante		435,064	344,219
Total do ativo circulante		554,480	13,137				
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores e outras contas a pagar			
Depósitos judiciais		1	-	Provisão para manutenção	15	9,948	5,737
Ativos fiscais diferidos	15	34,027	33,492	Provisão para contingência	17	162	-
Aplicações financeiras		2,499	551	Adiantamento para futuro aumento de capital	7	423,825	65,538
		36,527	34,043	Total do passivo não circulante		433,966	71,521
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	2,327	1,638	Capital social	17	420,000	161,001
Intangível	10	632,480	462,666	Prejuízos acumulados		(63,216)	(65,257)
		634,807	464,304	Total do patrimônio líquido		356,784	95,744
Total do ativo não circulante		671,334	464,304				
Total do ativo		1,225,814	511,484	Total do passivo e do patrimônio líquido		1,225,814	511,484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2012	30/06/2011
Receitas	19	238,886	75
Custos dos serviços prestados	20	<u>(205,532)</u>	<u>(17,412)</u>
Resultado bruto		33,354	(17,337)
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(6,092)</u>	<u>(9,184)</u>
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		<u>27,262</u>	<u>(26,521)</u>
Resultado Financeiro	21	(24,143)	(17,771)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1,613)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	535	664
Resultado do exercício		<u><u>2,041</u></u>	<u><u>(43,628)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do semestre findo em 30 de junho de 2012 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	a integralizar	social		
Saldos em 01 de janeiro de 2011	1	-	1	-	1
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 13 de fevereiro de 2011	546,525	(546,525)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE de 24 de fevereiro de 2011		161,000	161,000	-	161,000
Resultado do exercício	-	-	-	(65,257)	(65,257)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	546,526	(385,525)	161,001	(65,257)	95,744
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 30 de junho de 2012	-	258,999	258,999	-	258,999
Resultado do exercício	-	-	-	2,041	2,041
Saldos em 30 de junho de 2012	546,526	(126,526)	420,000	(63,216)	356,784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	2,041	(65,257)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5,898	9,529
Provisão para manutenção	4,490	6,174
Provisão para contingência	162	-
Juros sobre debêntures	21,659	36,528
Juros sobre empréstimos e financiamentos	620	-
Ajuste a valor presente	(27)	(48)
Impostos diferidos	(535)	(33,492)
	34,308	(46,566)
Contas a receber	3,297	(7,791)
Estoques	19	(118)
Impostos a recuperar	(3)	(406)
Despesas antecipadas	(8,103)	(1,548)
Adiantamento a fornecedores	(1,543)	(6)
Outros recebíveis	(39)	(126)
Depósitos judiciais	(1)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	53,173	5,626
Obrigações trabalhistas e sociais	1,276	681
Obrigações fiscais	1,357	1,240
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	83,741	(49,014)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(853)	(1,772)
Aplicações financeiras	(1,948)	(551)
Intangível	(175,548)	(472,061)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(178,349)	(474,384)
Fluxo de caixa das atividades financeiras		
Adiantamento para futuro aumento de capital	358,287	65,538
Aquisição de empréstimos e financiamentos	11,000	-
Pagamento de juros e principal	-	-
Pagamento de comissões bancárias	1,293	-
Integralização de capital	258,999	161,001
Emissão de debêntures	-	300,000
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	629,579	526,539
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	534,971	3,141
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3,142	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	538,113	3,142
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	534,971	3,141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembléia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da Assembléia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do trecho sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do trecho leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR (“Companhia”) é uma Companhia do Grupo Bertin que tem como objeto social a exploração sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel - “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do contrato de concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do contrato de concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (Concessão Onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

Trechos da concessão

Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

Rodoanel - Trecho Leste

O trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquetuba e Arujá.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital 258.999 e recebeu também adiantamento para futuro aumento de capital no montante de 358.286.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)**

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Imobilizado;
- Nota 10 - Intangível;
- Nota 15 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota 16 - Provisão para manutenção.

3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos diretores da Companhia em 23 de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, assim os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Principais práticas contábeis adotadas

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide nota explicativa 3 (e) (i).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

v. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 18.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Contratos de concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorrido.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	
Intangível em rodovia	35 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

f. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Vide nota explicativa 7.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção - Contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

h. Receitas

Contratos de concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de construção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)**

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

l. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de CDI acumulada (17,51% a.a.);
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa: Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- Ativos intangíveis: O valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa	2	2
Banco conta movimento	3.404	1.612
Numerário em transito (a)	18	17
Fundo de troco (b)	1.689	1.511
Aplicações financeiras (c)	533.000	-
	<u>538.113</u>	<u>3.142</u>

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

- (a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês de junho de 2012 que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;
- (b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
- (c) Aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil remunerada por 100,5% da variação do CDI e Caixa Economica Federal remunerada a 101% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 16.

6. Contas a receber

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos a receber	814	1.990
Cupons de pedágio a receber	538	197
Pedágio eletrônico a receber	<u>3.142</u>	<u>5.604</u>
	<u><u>4.494</u></u>	<u><u>7.791</u></u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2012, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas base 30 de junho de 2012 e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 24.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

7. Partes relacionadas

Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Cibe Investimentos e Participações S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A.

Operações com pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus administradores conforme valores demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e ordenados	250	587
Vale refeição	6	8
	<u>256</u>	<u>595</u>

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale refeição e transporte.

Os montantes referentes à benefícios a empregados estão apresentados abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Vale refeição	519	641
Assistência médica	245	380
Vale transporte	213	368
Outros	34	28
	<u>1.011</u>	<u>1.417</u>

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Intangível - Intangível de construção						
Alambari Construções Ltda. (a)	3.600	3.600	-	-	-	-
Contern Construções e Comércio Ltda. (a)	104.433	30.909	-	-	-	-
Total	108.033	34.509	-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital						
Cibe Investimentos e Participações S.A. (b)	-	-	423.825	65.538	-	-
Despesas administrativas						
CACL Assessoria Empresarial Ltda. (c)	-	-	-	-	(1.066)	(1.092)

- (a) O saldo de adiantamentos à fornecedores, é de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços;
- (b) O valor mantido em Adiantamento para futuro aumento de capital com a controladora direta Cibe Investimentos e Participações S.A. tiveram a devida anuência da sócia Contern Construções e Comércio Ltda. por instrumento jurídico datado de 15 de junho de 2011;
- (c) Os valores pagos a CACL Assessoria Empresarial Ltda. referem-se a serviços de assessoria administrativa;
- (d) Saldo referente a adiantamento a partes relacionadas, os qual não está ligado a operação de construções.

Reclassificação de saldos

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de saldos de adiantamentos a fornecedores de prestação de serviço de construção de rodovias, em 31 de dezembro de 2011, sendo do valor total da reclassificação o saldo de R\$34.509, correspondente a adiantamento a partes relacionadas, para a conta de intangível, no sub grupo de “intangível de construção”, pois a natureza dessas adiantamentos são as construções de rodovias, que na Companhia é classificada com intangível, decorrente da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O Saldo de R\$34.509 é composto por R\$3.600, provenientes da Alambari Construções Ltda. e R\$30.909 provenientes da Contern Construções e Comercio Ltda. Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Baixa de PII - Programa Intensivo Inicial

A Companhia possuía um saldo de R\$23.501, decorrente do PII - Programa Intensivo Inicial, programa esse obrigatório pela ARTESP, no início de todas as concessões com o objetivo de adequar as rodovias para o começo da cobrança de tarifa de pedágio, saldo esse mantido junto a parte relacionada Contern Construções e Comercio Ltda.

Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

8. Adiantamento a fornecedores

Reclassificação de saldos

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de saldos de adiantamentos a fornecedores de prestação de serviço de construção de rodovias, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$45.465, para a conta de intangível, no sub grupo de “intangível de construção”, pois a natureza dessas adiantamentos são as construções de rodovias, que na Companhia é classificada com intangível, decorrente da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

Baixa de PII - Programa Intensivo Inicial

A Companhia possuía um saldo de R\$23.501, decorrente do PII - Programa Intensivo Inicial, programa esse obrigatório pela ARTESP, no início de todas as concessões com o objetivo de adequar as rodovias para o começo da cobrança de tarifa de pedágio, saldo esse mantido junto a parte relacionada Contern Construções e Comercio Ltda.

Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%-	2.625	(298)	2.327	1.638
		<u>2.625</u>	<u>(298)</u>	<u>2.327</u>	<u>1.638</u>

Movimentação do custo:

	01/01/2011	Adição	31/12/2011	Adição	30/06/2012
Imobilizado da Administração	-	1.772	1.772	853	2.625
	<u>-</u>	<u>1.772</u>	<u>1.772</u>	<u>853</u>	<u>2.625</u>

Movimentação da depreciação acumulada:

	01/01/2011	Adição	31/12/2011	Adição	30/06/2012
Imobilizado da Administração	-	(134)	(134)	(164)	(298)
	<u>-</u>	<u>(134)</u>	<u>(134)</u>	<u>(164)</u>	<u>(298)</u>

Reclassificação de saldos

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de saldos do Imobilizado da Administração, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$140, para a conta de intangível, no sub grupo de “intangível de construção”, pois esses bens, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, devem ser classificados com intangível. Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

10. Intangível

	Taxas anuais de Amortização	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2012 Líquido	31/12/2011 Líquido
Intangível de construção	2,86%	255.162	(240)	254.922	80.689
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(14.831)	374.477	380.039
Software	2,86%	3.139	(58)	3.081	1.938
		647.609	(15.129)	632.480	462.666

Movimentação do custo:

	01/01/2011	Adição	31/12/2011	Adição	30/06/2012
Intangível de construção	-	80.791	80.791	174.371	255.162
Intangível de outorga	-	389.308	389.308	-	389.308
Software	-	1.963	1.963	1.176	3.139
	-	472.062	472.062	175.547	647.609

Movimentação da amortização acumulada:

	01/01/2011	Adição	31/12/2011	Adição	30/06/2012
Intangível de construção	-	(102)	(102)	(138)	(240)
Intangível de outorga	-	(9.269)	(9.269)	(5.562)	(14.831)
Software	-	(25)	(25)	(33)	(58)
	-	(9.396)	(9.396)	(5.733)	(15.129)

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga em 02 de março de 2011.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

Reclassificação de saldos

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de saldos de adiantamentos a fornecedores de prestação de serviço de construção de rodovias, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$45.465, para a conta de intangível, no sub grupo de “intangível de construção”, pois a natureza dessas adiantamentos são as construções de rodovias, que na Companhia é classificada com intangível, decorrente da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Somado a essa reclassificação a Administração reclassificou, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$140 da conta de imobilizado para a conta de intangível, no sub grupo de “intangível de construção”, pois os bens, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, devem ser classificados com intangível.

Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

11. Empréstimos e financiamentos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bicbanco	11.086	-
	<u>11.086</u>	<u>-</u>
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital de giro	CDI + 0,64% a.m. 11.086	-
	<u>11.086</u>	<u>-</u>

12. Debêntures

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Banco Votorantin S.A.	180.007	169.178
Banco do Brasil S.A.	180.007	169.178
Custo de transação	-	(1.828)
	<u>360.014</u>	<u>336.528</u>

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

	<u>01/01/2011</u>	<u>Emissão</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2012</u>
Banco Votorantin S.A.	-	150.000	19.178	169.178	10.829	180.007
Banco do Brasil S.A.	-	150.000	19.178	169.178	10.829	180.007
	<u>-</u>	<u>300.000</u>	<u>38.356</u>	<u>338.356</u>	<u>21.658</u>	<u>360.014</u>

Movimentação do custo de transação:

	<u>01/01/2011</u>	<u>Contratação</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2012</u>
Custo de transação	-	10.500	(8.672)	1.828	(1.828)	-
	<u>-</u>	<u>10.500</u>	<u>(8.672)</u>	<u>1.828</u>	<u>(1.828)</u>	<u>-</u>

A Companhia realizou a emissão de debêntures simples em 02 de março de 2011. A quantidade emitida foi de 300 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000 cada uma.

O prazo de vencimento da emissão das debêntures é de 12 meses e o agente fiduciário contratado foi Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Através de aditivo contratual foi alterado o vencimento para 16 de agosto de 2012.

Os recursos captados foram destinados para pagamento de parte do direito de outorga (outorga fixa).

As debêntures negociadas pela Companhia são de espécies quirografárias não conversíveis em ações com garantia adicional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O vencimento ocorrerá em agosto de 2012, a atualização dos juros é de 100% CDI mais 3,5% a.a.

Termos de garantias sobre as debêntures

- Alienação fiduciária do total das ações do capital social da emissora, detidas pelos acionistas controladores, bem como de dividendos e juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos decorrentes de tais ações, direitos ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relativos ao capital social da emissora;
- Alienação fiduciária de 304.063.400 ações, do capital social total da Cibe Investimentos e Participações S.A. detidas pela Cibe Participações e Empreendimentos S.A. (“Cibe Participações”);

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)**

- Cessão fiduciária, sob condição suspensiva da celebração do Contrato de Concessão e da anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP"), pela Emissora (i) da totalidade dos direitos creditórios, a que tem direito em decorrência da exploração dos serviços objeto do Contrato de Concessão, incluindo quaisquer receitas de exploração oriundas da cobrança de pedágio ("Direitos Creditórios"); (ii) O produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos Direitos Creditórios; (iii) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tomar devidos pelo Poder Concedente a Emissora em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O contrato das debêntures possui os seguintes covenants (sumário)

A relação entre a dívida e o capital próprio da Companhia deve ser maior que 60/40. Sendo definido que dívida compreende qualquer empréstimo ou financiamento contraído pela Companhia junto a instituições financeiras e capital próprio todos os aportes feitos pelos acionistas por meio de capital social ou adiantamento para aumento de capital.

Os titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, declararão, observado o disposto na Clausula 8.8 da Escritura, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigirão o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido dos juros remuneratórios e dos encargos moratórios, se houver, calculados pro rata temporis a partir da data da primeira subscrição e integralização das debêntures, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) O descumprimento de quaisquer das obrigações não pecuniárias assumidas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, conforme previstas na Escritura e/ou em quaisquer dos Documentos da Oferta;
- (ii) Ocorrência de alterações relevantes no setor econômico da Emissora e seu grupo econômico, incluindo eventuais subsidiárias;
- (iii) Ocorrência de mudanças adversas relevantes, conforme definido na Cláusula1 (xii) abaixo;
- (iv) Não pagamento na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das debêntures;
- (v) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras no âmbito da emissão;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

- (vi) Os recursos obtido no âmbito desta oferta tenham destinação diversa da prevista na cláusula 3.7 desta Escritura (Pagamento de parte da outorga fixa ("Outorga Fixa") devida ao Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente");
- (vii) O início da cobrança de pedágios no Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas ("Trecho Sul") não ocorra em até 210 (duzentos e dez) dias após a data de assinatura do Contrato de Concessão;
- (viii) Perda da Licença de Operação do Trecho Sul não sanada em até 60 dias;
- (ix) Descumprimento de qualquer condicionante da Licença de Operação do Trecho Sul, exceto se o descumprimento tiver sido sanado no prazo de cura aplicável concedido pelo órgão expedidor da Licença de Operação;
- (x) Não aperfeiçoamento em até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir de 15 de fevereiro de 2011, dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sob as condições suspensivas de (i) assinatura do Contrato de Concessão; e (ii) anuência do Poder Concedente, observado o disposto no Edital;
- (xi) Caso o valor total das garantias previstas nos Contratos de Garantia fique abaixo de 130% do valor das debêntures, ou, no caso das garantias previstas nos Contratos de Garantia virem a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornarem-se insuficiente, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável pelo agente fiduciário, nos termos dos contratos de garantia;
- (xii) Anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento da concessão objeto do Contrato de Concessão;
- (xiii) Anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento das licenças, permissões e autorizações necessárias ao Projeto, caso não sanados no prazo de 60 (sessenta) dias;
- (xiv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou decretação de falência contra a Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras, bem como ocorrência de insolvência, liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, qualquer hipótese não sanada no prazo legal;
- (xv) Suspensão das atividades Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras por período superior a 60 (sessenta) dias;
- (xvi) Vencimento antecipado cruzado, em relação às obrigações principais ou acessórias da Emissora, e/ou obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Emissora e das Intervenientes Garantidoras (observado disposto no item (xvii) abaixo), decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais);

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

- (xvii) Vencimento antecipado cruzado, em relação as obrigações pecuniárias principais ou acessórias da Heber Participações S.A., na qualidade de avalista ou fiadora de tais obrigações, decorrentes de qualquer contrato de financiamento, não sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da notificação do referido vencimento antecipado, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000 (trinta milhões de reais);
- (xviii) Existência de protesto cambiário de qualquer natureza contra a Emissora, no valor individual ou agregado de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) ou contra as Intervenientes Garantidoras, no valor individual ou agregado de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;
- (xix) Venda ou transferência, a qualquer título, de quaisquer bens da Emissora e da Cibe Investimentos e Participações S.A., em valor superior a R\$ 5.000 (cinco milhões de reais) por ano, sem prévia anuência do Agente Fiduciário;
- (xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio;
- (xxi) Cessão das receitas originárias da atividade operacional da Emissora, nos termos do Contrato de Concessão e do seu Estatuto Social, em favor de outro credor, sem a autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário;
- (xxii) Não apresentação ao Agente Fiduciário, dos demonstrativos financeiros (a) semestrais, com revisão limitada e (b) anuais devidamente auditados, em ambos os casos por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- (xxiii) Descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Suporte de Acionistas, não sanado no prazo previsto no referido instrumento;
- (xxiv) Transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxv) Qualquer cisão, incorporação, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e da Cibe Investimentos e Participações S.A. que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, sem a prévia anuência dos debenturistas, ressalvado o disposto no parágrafo 1o do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxvi) Se a Fiança prevista nesta Escritura: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras ou por terceiros, desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas; (b) não for devidamente constituída; (c) for anulada, nula, ou inválida sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

- (xxvii) Redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, salvo se previamente aprovada pelos debenturistas;
- (xxviii) Com exceção do pagamento do preço da Outorga Fixa, alocação constatada de recursos em despesas não relacionadas as atividades operacionais da Emissora;
- (xxix) Autuações impostas a Emissora e/ou aos seus acionistas, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, de defesa da concorrência, de caráter sócio ambiental, dentre outros, em montantes superiores a R\$ 10.000 (dez milhões de reais), desde que não sejam contestadas satisfatória e tempestivamente a critério dos debenturistas;
- (xxx) Assunção de quaisquer passivos, pendências, dívidas ou endividamento, pela emissora, para capital de giro, e running CAPEX, seja por meio de empréstimos, adiantamentos ou qualquer outra forma de contratação de dívida, acima do somatório de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) anuais, salvo se previamente aprovado pelos debenturistas, com exceção as dívidas oriundas do sistema BNDES ou de outro agente de fomento para financiamento do CAPEX, que vierem a ser contratadas, até o limite de R\$ 1.800.000 (um bilhão e oitocentos milhões de reais);
- (xxxi) Concessão, pela Emissora, de preferência a outros créditos, realização de amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias sem a anuência dos debenturistas;
- (xxxii) Concessão, pela Emissora, de mútuos a terceiros sem a anuência dos debenturistas;
- (xxxiii) Efetivação de ato de qualquer autoridade governamental competente, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou dos seus acionistas;
- (xxxiv) Existência de execuções judiciais de qualquer natureza sobre a Emissora, bem como sobre seus acionistas, cuja soma seja superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais) para cada sociedade;
- (xxxv) Alteração do objeto social da Emissora;
- (xxxvi) Existência de restrições cadastrais, que não sejam satisfatoriamente esclarecidas aos debenturistas, em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), as quais venham a recair sobre a Emissora, em valor agregado superior a R\$3.000 (três milhões de reais) e/ou sobre os acionistas da Emissora, em valor agregado superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais);
- (xxxvii) Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela Emissora perante ARTESP, em relação ao Contrato de Concessão e que não tenham sido sanadas no prazo previsto na legislação aplicável ou no âmbito do Contrato de Concessão;

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

- (xxxviii) Constituição de qualquer espécie de garantia ou gravame sobre os bens e direitos onerados no âmbito da Emissão sem que haja prévia anuência dos debenturistas, exceto nos casos em que a medida seja adotada em função de ordem judicial;
- (xxxix) Constituição de garantias de quaisquer espécies a terceiros sobre quaisquer bens e direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens iv, v, vi, xii, xiii, xiv, e xix acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará, o vencimento antecipado, automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Em 30 de junho de 2012 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores nacionais diversos	48.232	4.925
Outras contas a pagar	10.567	701
	<u>58.799</u>	<u>5.626</u>
Circulante	58.768	5.380
Não circulante	31	246

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 24.

14. Obrigações fiscais

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
COFINS	905	466
PIS	196	101
ISS	731	533
IRRF	168	100
IRPJ	391	
CSSL	206	44
	<u>2.597</u>	<u>1.240</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

15. Ativos e passivos fiscais diferidos

Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Resultado do exercício antes dos impostos	3.119	(98.749)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.048)	33.575
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças temporárias	(1.231)	(9.817)
Diferenças permanentes	(30)	(83)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	696	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.613)	23.674
Imposto diferido	<u>535</u>	<u>33.492</u>
Alíquota efetiva de impostos	-17,16%	33,92%

Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Provisões Diversas	55	-	-	-	55	-
Provisão PPI	7.990	7.990	-	-	-	-
Provisão para manutenção (a)	3.626	2.100	-	-	1.526	-
Amortização - ICPC01 (b)	5.245	3.240	-	-	2.005	-
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	(25)	(16)	(9)	-
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(5.842)	(3.496)	(2.346)	-
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	22.978	23.674	-	-	(696)	-
Total de impostos diferidos	<u>39.894</u>	<u>37.004</u>	<u>(5.867)</u>	<u>(3.512)</u>	<u>535</u>	<u>-</u>

- (a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
- (b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;
- (c) O ajuste a valor presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
- (d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;
- (e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Empresa reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)**

possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Reclassificação de saldos

Em decorrência das reclassificações efetuadas pela Companhia, conforme descrito nas notas explicativas 7, 8, 9, 10 e 16, os saldos dos impostos diferidos de 31 de dezembro de 2011 foram rerepresentados com os referidos saldos e reflexos nas demais contas patrimoniais.

16. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma físico-financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índices de mercado IGP-M e TJLP.

Em 30 de junho de 2012, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$10.590 e está demonstrado a seguir:

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

	<u>01/01/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2012</u>
Provisão para manutenção - Circulante	-	391	391	252	643
AVP - Provisão para manutenção - Circulante	-	(1)	(1)	(1)	(1)
	<u>-</u>	<u>390</u>	<u>390</u>	<u>251</u>	<u>642</u>
Provisão para manutenção - Não circulante	-	5.784	5.784	4.237	10.021
AVP - Provisão para manutenção - Não circulante	-	(47)	(47)	(26)	(73)
	<u>-</u>	<u>5.737</u>	<u>5.737</u>	<u>4.211</u>	<u>9.948</u>
Total	<u>-</u>	<u>6.127</u>	<u>6.127</u>	<u>4.462</u>	<u>10.590</u>

Reclassificação de saldos

A Administração da Companhia realizou o estorno do reconhecimento da provisão de manutenção, registrada em 31 de dezembro de 2011, pois o saldo registrado R\$41.400, considerada o valor total das primeiras manutenções e não somente as parcelas pertinentes aos períodos transcorridos.

Tal estorno foi de R\$35.273, assim a correta manutenção registrada em 31 de dezembro de 2011 era de R\$6.127.

Com isso, a Companhia reapresentou os referidos saldos e seus reflexos nas demais contas patrimoniais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

17. Provisão para contingência

Os assessores jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista cuja provisão foi constituída no valor de R\$162, em 30 de junho de 2012, decorrente de perda prováveis, já para os processos com perdas possíveis temos um montante de R\$181, o qual a Administração da Companhia não considera necessária sua constituição.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

18. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado está representado por 546.526.400 ações, sendo 273.263.200 ações ordinárias e 273.263.200 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<u>31/12/2011</u>
	<u>Participação</u>
Contern Construções e Comercio Ltda.	74,00%
CIBE Investimento e Participações S.A.	26,00%
	<u>100,00%</u>

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a CIBE Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A..

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Ações preferenciais

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da lei das S.A.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

19. Receitas

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pedágio em numerário	20.527	
Pedágio por equipamentos eletrônicos	43.908	
Vale pedágio	3.609	
Pedágio em cupons	1.328	
Receita de construção (a)	174.371	
Receitas acessórias (b)	948	83
Deduções de recita	(5.805)	(8)
	<u>238.886</u>	<u>75</u>

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC - 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

20. Gastos por natureza

	<u>30/06/2012</u>			<u>30/06/2011</u>		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	3.797	2.189	5.986	838	499	1.337
Conservação e manutenção (b)	1.357	-	1.357	2.348	-	2.348
Custo de construção (a)	174.371	-	174.371	-	-	-
Serviços de terceiros	8.365	2.510	10.875	3.910	7.879	11.789
Provisão para manutenção (e)	4.489	-	4.489	2.038	-	2.038
Materiais/ equipamentos/ veículos	2.162	182	2.344	3.250	-	3.250
Poder concedente (c)	2.110	-	2.110	-	-	-
Depreciação e amortização (d)	5.735	167	5.902	3.409	12	3.421
Provisão de contingência	-	162	162	-	-	-
Outros	3.146	882	4.028	1.619	794	2.413
	<u>205.532</u>	<u>6.092</u>	<u>211.624</u>	<u>17.412</u>	<u>9.184</u>	<u>26.596</u>

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme pronunciamento técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao Poder Concedente conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo;
- (e) Saldo referente à provisão para manutenção, conforme nota explicativa 14.

21. Resultado financeiro

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita Financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	23	1.456
Descontos obtidos	165	39
Juros Ativos	2	
AVP - Provisão para manutenção	27	17
Outras receitas financeiras		
	<u>217</u>	<u>1.512</u>
Despesas financeiras		
IOF sobre operações financeiras	(99)	-
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(22.278)	(17.933)
Despesa bancárias		(6)
Despesa de comissões bancárias	(1.892)	(1.306)
Outras	(91)	(39)
	<u>(24.360)</u>	<u>(19.283)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.143)</u>	<u>(17.771)</u>

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros é composta conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de seguro</u>	<u>30/06/2012</u>
Riscos Operacionais	Riscos Operacionais	5.368.243
Riscos de Engenharia	Riscos de Engenharia	23.500
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil	52.610
Seguro Garantia	Seguro Garantia Licitante Bid Bond	270.000
Seguro Garantia	Seguro Garantia de Funções de Ampliação	324.310
Seguro Garantia	Seguro Garantia de Funções Operacionais, conservação	84.175
		<u>6.122.838</u>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

23. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão, entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 30 de junho de 2012 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

24. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares Reais)

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	538.113	3.142
Contas a receber de clientes	4.494	7.791
Outros recebíveis	165	126
	<u>542.772</u>	<u>11.059</u>

Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por aproximadamente 1 ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 538.113, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 11.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da nota explicativa 11.

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos
31 de dezembro de 2011			
Passivos financeiros não derivativos			
Debêntures	338.356	338.356	-
Custos de transação	(1.828)	(1.828)	-
	<u>336.528</u>	<u>336.528</u>	<u>-</u>
	Valor contábil	Até 12 meses	1-2 anos
30 de junho de 2012			
Passivos financeiros não derivativos			
Debêntures	360.014	360.014	-
Custos de transação	-	-	-
	<u>360.014</u>	<u>360.014</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido a principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

	Valor contábil	
	30/06/2012	31/12/2011
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>535.499</u>	<u>551</u>
Instrumentos de taxa variável		
Passivos financeiros		
Debêntures	<u>(360.014)</u>	<u>(336.528)</u>

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
30 de junho de 2012		
Aplicações de taxa variável	29	17
Empréstimos de taxa variável	<u>(27.849)</u>	<u>(16.709)</u>
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(27.820)</u>	<u>(16.692)</u>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
30 de junho de 2012		
Aplicações de taxa variável	35	12
Empréstimos de taxa variável	<u>(33.419)</u>	<u>(11.140)</u>
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	<u>(33.384)</u>	<u>(11.128)</u>

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares Reais)

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Total do passivo	869.030	415.740
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(538.113)	(3.142)
Dívida líquida (A)	<u>330.917</u>	<u>412.598</u>
Total do patrimônio líquido (B)	356.784	95.744
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B)	<u>0,93</u>	<u>4,31</u>

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Aplicações financeiras - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis

são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.

25. Eventos subsequentes

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia celebrou o Terceiro aditamento à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional, para Distribuição Pública. Por conta do referido Aditamento, as debêntures passaram a ter um novo prazo de vigência, sendo que o respectivo vencimento ocorrerá em 16 de março de 2013 (anteriormente em 16 de agosto de 2012), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previsto em contrato. Na ocasião do vencimento, a Companhia obriga-se a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu valor nominal unitário, acrescido de juros remuneratórios devidos, bem como de eventuais encargos moratórios calculados na forma prevista do contrato.